

arquivamento da memória e a memória no arquivo

Eduardo Ismael Murguia

Como citar: MURGUIA, E. I. O arquivamento da memória e a memória no arquivo. *In:* FUGITA, M. S. L.; GUIMARÃES, J. A. C. **Ensino e Pesquisa em Biblioteconomia no Brasil: a emergência de um novo olhar.** Marília: Ed FUNDEPE, 2008 p.195-214



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

O arquivamento da memória e a memória no arquivo

Eduardo Ismael Murguía

Os estudos sobre a memória vêm ocupando um lugar destacado em diferentes áreas do conhecimento ao longo das últimas duas décadas. Por outro lado, também é preciso reconhecer que a área de Arquivologia não ficou imune à discussão da memória e sua relação com os arquivos, na busca de um melhor e maior entendimento dessa instituição.

Porém, numa época na qual as certezas se diluíram, as fraquezas das definições foram evidenciadas dando lugar às dúvidas. É no meio dessa fase de revisão de conceitos que se coloca esta inquietação aqui apresentada. Assim surge uma curiosidade para compreender como opera a memória nos arquivos. O que faz o arquivo um lugar da memória? E, como o arquivo, também, configura a memória? A seguir, será apresentada uma reflexão que, em primeiro lugar, obedece à procura pessoal de uma resposta. Longe de ser um apelo retórico, o texto que apresento foi feito com a intenção de uma primeira aproximação que requer um maior aprofundamento e lapidação.

Parte-se da hipótese que a relação entre o arquivo e a memória se estabelece via uma retenção da memória no arquivo, atrelada ao poder. E, um movimento contrário que assinala para uma dependência singular, marcada pela dissolução das fronteiras institucionais e as apropriações simbólicas com a finalidade da construção das identidades, via lembrança e esquecimento. Com base nessas propostas é feito aqui um estudo que expõe um caminho bastante convencional, qual seja tratar a memória desde uma perspectiva literária e social, para destacar basicamente o seu caráter dual. Depois far-se-á um recorte que procura uma definição do arquivo desde uma perspectiva psicanalítica a qual vincula o arquivo ao poder. Para então finalizar a análise com um cruzamento entre a instituição/poder e privado/memória; com um outro eixo de conceitos como estratégias/lugares e táticas/ espaços.

A memória

Em princípio, nada melhor para iniciar uma reflexão sobre a Memória que recorrer à Literatura. Embora baseada na ficção, a Literatura sempre foi e será uma fonte de conhecimento e inspiração nos estudos da memória. Um dos autores que mais escreveu sobre a memória foi Jorge Luis Borges, notável pela sua inteligência e erudição, pela sua capacidade de se servir do passado para construir e sustentar suas fantasias, que nada são senão suas dúvidas.

Ele escreveu dois contos considerados mais do que pertinentes para explicar os meandros da memória. O primeiro: *Funes o memorioso* (1997). O personagem tema desta obra, peão de uma estância, depois de uma queda do cavalo, ao contrário de perder a memória é condenado a lembrar cada episódio, cada leitura, cada segundo, minuciosamente, exaustivamente. Não uma falta de memória, mas um excesso de memória. Tão espantoso quanto a carestia da memória é a saturação da mesma porque em ambos os casos perde-se a consciência do tempo.

No final da obra Borges reflete sobre essa memória infinita para concluir que na abstração que implica o esquecimento reside o pensamento: “[Funes] Tinha aprendido sem esforço o inglês, o francês, o português, o latim. Suspeito, entretanto, que não era muito capaz de pensar. Pensar é esquecer diferenças, é generalizar, abstrair”. (BORGES, 1997, p. 116-117).

Se o espaço e o tempo são os apriorísticos sobre os quais se define a existência, a consciência deles insere o homem na história. No caso do tempo, trata-se de uma categoria a priori cuja falta de continuidade mantém os indivíduos num eterno presente, num círculo sem saída, numa perda da consciência de si: a alienação da realidade. Portanto, para ter consciência do mundo é necessário ter uma visão de continuidade no tempo. E, essa continuidade somente pode ser construída pela costura de pedaços, de fragmentos.

A costura que se faz dos momentos nos permite entender o tempo como um devir, como um percurso que supõe um passado, um presente e um futuro que somente é possível porque existe a memória. Entretanto, ao contrário do senso comum que identifica memória com lembrança, Borges demonstra que a memória é uma unidade dupla, uma relação paradoxal, contraditória e tensa entre esquecimento e lembrança. É nesse jogo dialético de interferência, de submissão de um aspecto ao outro que se deve entender a memória. É necessário esquecer para poder lembrar, ou lembramos porque esquecemos. Mais do que um jogo de palavras, a memória desafia nossa dificuldade de pensar além da positividade.

Conceitos como progresso, desenvolvimento e, inclusive, modernidade são possíveis porque esquecemos e, no entanto, para continuar a marcha se faz também imperioso, lembrar. A memória estaria formada por múltiplas camadas de vivências que foram soterradas pelo tempo, existentes de forma latente, mas, que em certos mo-

mentos podem ser atualizadas. Na verdade existiriam vestígios de existência - ou virtualidade do ser - que a cada momento precisam ser atualizados.

Isso significaria que o esquecimento não existe, ou em todo caso, ele seria uma latência constante e perpétua. E, a lembrança seria o resgate de alguma coisa já existente, que nunca deixou de ser. Seja como for, passar a experiência para um estado de latência e que precise de atualização para se tornar existência não contradiz o exemplo de Borges no sentido que, embora contraditório, a lembrança e o esquecimento são complementares. Sendo que, os mecanismos de interação desses dispositivos da memória são múltiplos e variados.

Se no conto de *Funes...* (1997), Borges apresenta a relação biunívoca da memória fundamentada na interação da lembrança e o esquecimento, no conto *A memória de Shakespeare* (1995), o autor mostra os mecanismos, as etapas, os tipos, em síntese as características da memória. Nesse breve relato, um estudioso lega para outro a memória de Shakespeare. A transferência é muito simples, basta dizer que aceita e a memória é transferida. Nos dois personagens o intuito de possuir a memória de Shakespeare é escrever uma biografia de Shakespeare, mas, a memória não basta, não faz isso por si só.

O processo de assimilação da memória de Shakespeare, metáfora dos seus tipos e características, passa por três momentos. Num primeiro momento destaca-se a fragmentação e casualidade da memória. Essa passagem é demarcada pelas expectativas que o personagem cria a respeito dela, e pelas primeiras manifestações que a memória do poeta inglês começa a revelar. Assim o antigo possuidor fala para o novo:

Evidencia-se, desse modo, que uma vez adquirida a memória, as lembranças aparecerão vagarosamente, ao acaso. O personagem se surpreende perante o fato de não lembrar os versos de Shakespeare, mas os motivos que fizeram com que os escrevesse. Não as imagens, mas antes os sons e as sensações.

Num segundo momento, no qual o personagem acredita ser o próprio Shakespeare, Borges nos mostra como a memória é seletiva resgatando a idéia já anunciada em *Funes...* sobre a relação lembrança-esquecimento. Falando da memória, ele a compara com uma enciclopédia:

O terceiro momento é o momento da perda de identidade pela anulação da memória do autor pela memória de Shakespeare. Vê-se a perda da memória individual como perda da individualidade, da consciência de si a que se aludiu anteriormente. Ao cabo de alguns anos, o personagem da história, decide passar a memória para outra pessoa. Nesse momento vê-se que apesar de a memória não ser necessariamente única, pois ela é permeada por outras memórias – lembramos e esquecemos o que os outros lembram e esquecem – existe um desejo último de apropriação da memória, de necessidade de memória como elemento central da construção do indivíduo. Esforço em vão, a memória do Shakespeare ficaria indelével no personagem.

A partir da literatura, Borges coloca essas ficções para falar sobre a memória. Por um lado, enquanto chama a atenção do leitor para a imbricada duplicidade da lembrança e do esquecimento. E, por outro lado, atenta para a dinâmica da memória, apontando especificamente para o fato de que a memória não basta para narrar. Para relatar, precisa-se também da inteligência (a consciência) e da vontade (discernimento), com sua contraparte: o esquecimento.

Esses dois contos nos remetem também para uma reflexão bastante ampla sobre a memória. Acredito que embora os dois exemplos apontem para a memória individual, eles também possam ser estendidos para o entendimento da memória coletiva. Mas, antes da ampliação do conceito para o coletivo, um longo percurso haveria de ser trilhado.

A memória já era objeto de estudo e reflexão desde a época dos gregos e a importância que lhe era atribuída não era pouca. Mnemese teve com Zeus nove filhas, as Musas. Em outras palavras, o mito grego alude ao fato de as artes não serem possíveis sem a memória, sem ela não teríamos poesia, música, História e as outras artes.

A memória é causa e efeito do processo civilizador, o que vem a demonstrar aquela afirmação apontada no início: a memória como a forma mais elementar, mais subjetiva, mais pessoal, mais emotiva do desejo do ser humano de permanecer no tempo. Se alguns historiadores (LOWENTHAL, 1998) apontam para a memória como uma forma de conhecer o passado junto com a História e as relíquias, é possível enfatizar que é mais do que isso, a memória é uma das formas de vivenciar o tempo, de permanecer nele, e sem perder nossa identidade graças a essa pretensa permanência.

Todavia, somente com a Modernidade é que a humanidade adquire uma nova percepção do tempo. Embora as civilizações anteriores percebessem que o tempo passa e é irrecuperável, vai ser com a Modernidade e o Humanismo do século XV que essa evidência do passar do tempo aparece como uma dissociação entre passado e presente e não mais como uma continuidade.

Para o Homem Moderno o percurso do tempo não é considerado uma uniformidade, mas as seqüências de múltiplos cortes, variadas diferenças. De onde a dramaticidade com a qual alguns movimentos do século XX interpretaram o passado. A velocidade e a tecnologia avassaladora do *Breve Século XX* (HOBSBAWN, 1995) fizeram com que o olhar da humanidade se voltasse não mais para o passado, e sim para o futuro. Glorificando o futuro, ignorava-se o passado, ainda o passado começa a ser identificado como um pesado lastre que impede o avanço do homem no tempo.

Paradoxalmente, em pleno auge da modernidade, num momento de predomínio do futuro, a Memória começa a ser redimensionada. Na década de 1920 algumas das considerações tidas como características da memória individual foram associadas à problemática da memória coletiva (MONTESPERELLI, 2004). Dessa forma, a consideração de que a memória serve como elemento constitutivo da identidade se estende para uma coletividade ou um grupo.

Mas, embora a memória individual e a memória coletiva sejam diferentes nas suas ações, elas se pressupõem para a própria existência da memória em geral. O que significa que não existe memória individual sem uma memória mais ampla – a coletiva – que lhe sirva de marco e referência. A memória social torna-se também memória individual. O sujeito assimila acontecimentos, lugares ou pessoas externas à sua existência como articuladores de sua própria individualidade.

Porém, a vida de uma memória coletiva não existe no singular. Existem várias memórias, subalternas, que se relacionam de forma diversa com a memória oficial. O fato de serem subterrâneas, também não significa que elas sejam espontâneas e inocentes. Toda memória, oficial ou não, precisa de um enquadramento (POLLAK, 1992), de uma organização e uma ordem para que possa vir a ser um elemento referencial na formação das identidades.

Seja individual ou coletiva a memória se articula com o apelo às sensações, às emoções, ao lado emotivo da subjetividade. Por esses motivos alguns historiadores vêem a memória como a maneira mais autêntica da relação que o sujeito estabelece com o passado para a construção de sua identidade. Por conseguinte, é justamente pelo motivo de a memória ser um elemento constitutivo da formação da identidade, seja individual ou coletiva, que ela se torna passível de manipulação.

Manipulação no sentido do enquadramento referido anteriormente. Não apenas embutida de qualquer sentido ético ou moral, mas simplesmente no sentido de sua construção social, direcionada para algum fim. Isto é, a memória não é inocente, nem espontânea, nem desinteressada como tradicionalmente se pensou. Pelo fato de ser seletiva, a memória, neste caso social, se constrói pela escolha de alguns acontecimentos, pessoas, lugares ou datas, e pelo relegamento de muitos outros (POLLAK, 1989). Nesse sentido, a memória social seria a edificação das lembranças que identificam um grupo, em meio ao silenciamento, consciente ou não, de outras lembranças. Lembrança e esquecimento constituem, ao mesmo tempo, a fragilidade e a força da memória.

Sendo uma manifestação do passado a memória relaciona-se com a História (SEIXAS, 2001). Se considerarmos que as vias pelas quais nos aproximamos ou conhecemos o passado são três: a memória, a História e os objetos, estaremos assumindo implicitamente que cada uma dessas vias apresenta sua própria dinâmica, suas próprias características, seus próprios percursos para apropriação desse tempo pretérito. No entanto, cabe mencionar que essa “chegada ao passado” significa uma reconstrução do passado, uma representação, e reconstrução - sempre fragmentada e incompleta.

As relações que se estabelecem entre a memória, a História e os objetos são múltiplas e dinâmicas. Em alguns momentos essas formas de conhecer o passado se perpassam, se cruzam, se aproximam e excluem. Assim, por exemplo, a informação que se obtém do passado pelos objetos e a História é sempre inferida; enquanto que a apro-

ximação da memória é evocativa. Em decorrência, a construção que fazemos do passado a partir dos objetos e a História descansa sobre a materialidade dos documentos (MENESES, 1998) (inclui-se aqui qualquer objeto material, abrangendo os textuais e imagéticos), os quais apresentam um primeiro nível de análise consistente em informações sobre sua existência material (elementos físicos, químicos e formais). Já a memória, sendo evocativa, nos permite recuperar consciente ou inconscientemente, aquilo que queremos vivenciar na lembrança. A memória em si mesma não tem materialidade, não é um objeto. Ela é o acontecimento ou representação evocativa dos mesmos, que nos remetem a um passado emotivo.

O documento, fonte referencial da História, permite uma interpretação do passado fundamentada na crítica enquanto que a memória não interpreta, não analisa, ela vivencia. Quando registrada, a memória se converte em documento passível de ser utilizado pela História, enquanto que a relação que mantém com os objetos é projetiva. A memória se aloja nos objetos, nos lugares, nas pessoas.

A historiografia francesa das últimas décadas contribuiu com o acréscimo de um novo enfoque para a questão da memória. Perante as mudanças expressas pela modernidade da sociedade industrial, a forma de transmissão da memória coletiva perdeu seus canais, seus meios de difusão e sobrevivência. A História, exercício da escrita, e, por conseguinte, permanente, tomou o lugar da memória. O nascimento das nações, a busca da identidade para um grupo alocado num espaço físico delimitado chamado de país, fez com que a História se tornasse memória (NORA, 1993).

A modernidade, mencionada anteriormente, significou uma ameaça para a memória pela sua sobrevalorização do futuro. Porém, paradoxalmente, viu-se na necessidade de sustentá-la, para a criação de uma identidade. Assim, aparecem os lugares da memória (NORA, 1993). Lugares da memória sempre existiram, os arcos romanos, os obeliscos egípcios, o dia do santo, etc.; mas eles tinham também outras funções, como as celebrativas. Com a modernidade, os lugares da memória são construídos exclusivamente com fins de recordação.

Os lugares da memória além de serem espaços físicos são também os rituais, as efemérides, os nomes das ruas, etc. Eles têm um caráter físico dado pela sua própria espacialidade, um caráter simbólico manifesto nas representações que eles ocasionam, e pela sua funcionalidade.

Dentro desse conceito de *lugar da memória*, incluem-se também algumas instituições como os arquivos, as bibliotecas, os museus, ou os centros de documentação e/ou os centros de memória. Assim, deve-se chamar a atenção para os agenciamentos da memória na construção da identidade moderna. Esses agenciamentos são reais, eles se inserem num mundo concreto no sentido de sua materialidade, fazendo com que, seus

vetores espaciais e temporais, e seus agentes sejam sociais ou institucionais. Assim, dentre esses agentes de atualização da memória, seja pela escrita da História, seja pela individualização, deve ser incluído o Arquivo, o qual será tratado a seguir para se de identificar, através de uma discussão teórica, os agenciamentos do arquivo para a sustentação do poder e a construção da memória.

A memória arquivada

Até este ponto o que se tentou não foi mostrar uma cartografia ou um mapa da memória, mas tão somente alguns elementos considerados significativos, de maneira bastante impressionista. Essa apresentação teve como objetivo demarcar um percurso que permitisse chegar ao cerne da preocupação: a relação entre arquivo e memória, passando previamente pela vinculação dessa com o poder, cujo fato dá início a sua institucionalidade. No caso, parte-se do pressuposto que não existe entre eles (arquivo e memória) uma relação de causa-efeito, não uma determinação de um sobre a outra. Existe uma relação física e ao mesmo tempo representativa, uma relação atual e ao mesmo tempo virtual (tanto no tempo como no espaço), uma vinculação afetiva e ao mesmo tempo racional. Em síntese, uma relação que não é total, mas que se estabelece em determinados momentos, sob determinadas circunstâncias, e que perpassa um interregno mediado pelos valores e o poder.

Reflexo da língua, dicionários são sempre convencionais. Suas definições permitem criar um consenso necessário, mas as palavras não são as coisas, motivo pelo qual essas definições acabam sendo camisas de força que precisam ser sempre revisitadas. Assim, não se pretende recorrer a um dicionário para partir de um lugar seguro que defina o Arquivo. Mais do que isso chama-se a atenção para um dos mais importantes filósofos do século XX, Jacques Derrida, quem usa o arquivo para explicar questões relativas ao saber e ao poder, extrapolando a metáfora para tangenciar questões pertinentes e próprias da instituição.

Existem acontecimentos que se apresentam como nítidos divisores de águas. No caso da Arquivística, esse divisor foi a publicação de um livro de Derrida (2001) *Mal de Arquivo. Uma Impressão freudiana*. Ele é fruto de uma conferência pronunciada, num colóquio intitulado “Memória, uma questão de arquivos” em Londres, no ano de 1994. Esse evento foi realizado sob os auspícios da Sociedade Internacional de História da Psiquiatria e da Psicanálise, do Museu Freud e do Instituto de Arte Courtland. Ainda, o título original da conferência que deu lugar ao livro era *O Conceito de Arquivo. Uma Im-*

pressão Freudiana. Considera-se importante mencionar esses dados porque eles assinalam a iniciativa da obra, escrita para um evento psicanalista e, embora o título do evento confunda, ela não foi uma reunião de arquivistas ou historiadores. Até porque Memória e Arquivo são dois conceitos sobre os quais Freud não dedicou estudos específicos, embora sejam constantes na totalidade de sua obra.

No entanto, num ensaio, bastante íntimo por sinal, Harris (2005) trata de reconhecer e reivindicar a figura de Derrida na área de Arquivologia mencionando que os arquivistas devem mais do que pensam ao ensaio do filósofo francês. Livro denso, de difícil leitura, continua o autor, teve que lê-lo três vezes no período de um ano, para poder entendê-lo; a obra propiciou um amplo debate na literatura internacional.

Mal de Arquivo. Uma Impressão Freudiana trata de fazer uma reflexão dos arquivos a partir da teoria freudiana, ao mesmo tempo em que intenta enriquecer ou ampliar o conceito, se acaso existisse, de arquivo na Psicanálise. Por esse motivo a obra extrapola os arquivos sem deixar de falar deles, e tendo como ponto de partida e chegada os próprios arquivos. Aparentemente um círculo vicioso, o argumento de Derrida abre novas e múltiplas interpretações sobre os arquivos relacionados a duas questões indissociáveis: a questão da origem e a questão do poder.

Uma Impressão Freudiana, subtítulo do livro, demarca o sentido do termo *impressão*. Em primeiro lugar, Derrida vislumbra um sentido de *impressão* como sendo aquilo inscrito num suporte, numa superfície. Num jogo semântico, explica que *impressão*, no sentido de inscrição é o próprio arquivo. Ele extrapola o entendimento que a Psicanálise faz da Memória, ou seja, como uma inscrição indelével: o próprio inconsciente que pode ser reprimido, mas nunca suprimido (podemos reprimir as lembranças, mas não suprimir a memória). Em segundo lugar, ele discute *impressão* no sentido de indeterminação de um conceito, em lugar de uma definição. Para Derrida, a Psicanálise não tem uma definição de arquivo, porém pode vir a redefini-lo, fazendo com que essa nova definição seja capaz de projetar o arquivo no futuro. E, em terceiro lugar, Derrida atribui um sentido à *impressão* que para ele deveria ser, na verdade, o primeiro sentido. Isto é, a impressão deixada por Sigmund Freud no seu pensamento, e a impressão que nele deixaram a cultura, a religião a história, a ciência. Na verdade, deveríamos entender aqui por impressão a determinação que o pensamento freudiano haveria de causar futuramente, em todos os saberes, abrindo com essa afirmação, acredito, as possibilidades de uma interpretação do arquivo desde a o pensamento freudiano.

Mais do que o embasamento teórico do livro, o subtítulo *Uma Impressão Freudiana* aponta para demarcar, ou, em todo caso, expandir o universo no qual haverá de inserir o arquivo: a Psicanálise. No entanto, assim como a Psicanálise dá o substra-

to teórico para entender o arquivo, Derrida oferece, concomitantemente, uma teoria do arquivo para o pensamento freudiano. É aqui, que reside a maior dificuldade da apropriação do texto pela Arquivística. Derrida foge do pensamento concreto, para abrir novas possibilidades interpretativas num jogo discursivo de etimologias e combinações semânticas, de apropriações impensadas de significados.

O início desse pensamento se deu pelo subtítulo do livro de Derrida para poder chegar ao título: *Mal de Arquivo*, com o qual logo de início nos enfrenta com o que ele considera como Arquivo - um mal, uma doença, no título em inglês uma febre. Com a finalidade de explicar o título da obra, reitera-se novamente que ele é posterior à palestra, portanto à idéia original; considero necessário chamar o autor para falar ele próprio sobre o arquivo:

[...] o sentido de 'arquivo', seu único sentido, vem para ele do arkheion grego: inicialmente uma casa, um domicílio, um endereço, a residência dos magistrados superiores, os arcontes, aqueles que comandavam. Aos cidadãos que detinham e assim denotavam o poder político reconhecia-se o direito de fazer ou representar a lei. Levada em conta sua autoridade publicamente reconhecida, era em seu lar, nesse lugar que era a casa deles (casa particular, casa de família ou casa funcional) que se depositavam os documentos oficiais. Os arcontes foram os seus primeiros guardiões. Não eram responsáveis apenas pela segurança física do depósito e do suporte. Cabiam-lhes também o direito e a competência hermenêuticos. Tinham o poder de interpretar os arquivos. Depositados sob a guarda desses arcontes, estes documentos diziam, de fato, a lei: eles evocavam a lei e convocavam á lei. Para serem assim guardados, na jurisdição desse dizer a lei eram necessários ao mesmo tempo um guardião e uma localização. Mesmo em sua guarda ou em sua tradição hermenêutica, os arquivos não podiam prescindir de suporte nem de residência.

Foi assim, nesta *domiciliação*, nesta obtenção consensual de domicílio, que os arquivos nasceram. A morada, este lugar onde se de-moravam, marca esta passagem .institucional do privado para ao público, o que não quer sempre dizer do secreto ao não-secreto. (DERRIDA, 2001, p. 12-13, grifos do autor).

Introduz-se a seguir, um outro texto, que embora seja o início da obra, ele exemplifica e esclarece tanto a questão de estilo do autor, como sua definição de arquivo:

Não comecemos pelo começo nem mesmo pelo arquivo.

Mas pela palavra ‘arquivo’ – e pelo arquivo de uma palavra tão familiar. Arkhê, lembremos, designa ao mesmo tempo o começo e o comando. Este nome coordena aparentemente dois princípios em um: o princípio da natureza ou da história, ali onde as coisas começam – princípio físico, histórico ou ontológico –, mas também o princípio da lei ali onde os homens e seus deuses comandam, ali onde se exerce a autoridade, a ordem social, nesse lugar a partir do qual a ordem é dada – princípio nomológico. (p. 11, grifos do autor).

Decorrente de seu atrelamento ao poder, o arquivo cumpre algumas funções:

É preciso que o poder arcôntico, que concentra também as funções de unificação, identificação, classificação caminhe junto com o que chamamos o poder de consignação. Por consignação não entendemos apenas, no sentido corrente da palavra, o fato de designar uma residência ou confiar, pondo em reserva, em um lugar e sobre um suporte, mas o ato de consignar reunindo os signos. Não é apenas a consignatio tradicional, a saber, a prova escrita, mas aquilo que toda e qualquer consignatio supõe de entrada. A consignação tende a coordenar um único corpus em um sistema ou uma sincronia na qual todos os elementos articulam a unidade numa configuração ideal. Num arquivo, não deve haver dissociação absoluta, heterogeneidade ou segredo que viesse a separar (secernere), compartimentar de modo absoluto. O princípio arcôntico do arquivo é também um princípio de consignação, isto é, de reunião. (p. 13-14, grifos do autor).

Salienta-se aqui uma contribuição importante para o entendimento de *Mal de Arquivo...*, para a área de História e sua conseqüente decorrência para a Arquivologia, contribuição essa feita pela historiadora Carolyn Steedman (2001). Autora de vários artigos na linha da História Cultural, ela vem desenvolvendo uma reflexão interessante sobre o lugar dos arquivos no trabalho do historiador. No livro publicado em 2001, *Dust. The Archive and Cultural History*, aparece um artigo, no qual procura, através da explicação do livro de Derrida, encontrar uma aproximação com os arquivos históricos.

O artigo intitula-se *In the archon's house*. Ao argumentos apresentados pela autora neste trabalho, constituem um intento de esclarecimento, aproximação e diálogo entre a abstração do pensamento e a concretude das práticas. Para Steedman (2001), o fato de Derrida

iniciar seu trabalho falando sobre o *Archê*, lugar aonde as coisas começam, aonde se origina o poder, o ligam peremptoriamente com a autoridade. Para Derrida o arquivo aparece para representar qualquer classe de poder sendo exercido em qualquer lugar e a qualquer momento.

Portanto, é possível identificar dois princípios do arquivo: comandar e iniciar. Seriam esses princípios os que explicam o mal do arquivo. Primeiro, comandando o arquivo estabelece o poder e a autoridade. Por outro lado, mais importante para o poder é manter ou possuir o arquivo do que realmente usá-lo. Steedman (2001) ainda menciona que para explicar a relação que o arquivo tem com o poder não é necessário se remontar à Grécia. O arquivo é expressão do poder do Estado Moderno. É por esse motivo que Derrida vai distinguir dois aspectos no arquivo, um aspecto vigente (lugares oficiais para coleta de registros, com sistemas de recuperação, organização e catalogação), e um outro aspecto constituído por aquilo ao qual constantemente o reduzimos: a memória e o anseio da origem.

Possuir mais do que usar nos leva ao segundo princípio dos arquivos, as origens. Para Derrida, o pensamento freudiano é um pensamento judaico porque a psicanálise destaca sempre seu interesse pelo resgate do início. Psicologicamente, o arquivo segura o lugar da origem ao qual se deseja voltar. Dessa forma, o desejo do mal do arquivo é parte do anseio por achar, por localizar ou possuir esse momento de origem entendida como início.

Steedman (2001) enfatiza que para Derrida, o arquivo trabalha como mediador na volta aos lugares de origem, o qual, paradoxalmente, é um impossível. Ainda, essa volta é repetitiva e compulsiva, o qual na psicanálise significa impulso de morte (aqui fica implícita a obra de Freud *Para além do princípio do prazer*). Eis esse o mal de arquivo: colocando-se como origem quer se voltar sempre a ela. Esse eterno retorno impede o impulso de vida que é, justamente, sair das origens. No caso do arquivo, ele seria o lugar que guarda os documentos nos quais se podem encontrar registros do momento da origem.

Steedman (2001) aponta que, para Derrida a contribuição de Freud para a teoria do arquivo é inexistente. Aliás, ele é sutil no sentido de que dentro de sua argumentação, ele nos faz perder de vista o objeto arquivo e o mal do mesmo, para que se tenha que construir um outro objeto. De qualquer forma, conclui a autora, o livro de Derrida pode não ter nada a ver com arquivos e as práticas do historiador, porém ele nos mostra uma construção com um dentro e um fora, o que remete à idéia de casa e ocasionalmente ao lar. Ele sugere que o arquivo é uma espécie de arresto domiciliar.

Num outro artigo intitulado *The space of memory: in an archive*, Steedman (2001) se propõe a levar a discussão apontada por Derrida para o lugar específico do arquivo na sua relação com a memória. Porém, a partir de uma perspectiva historiográfica, seus argumentos são totalmente adequados ao objetivo exposto anteriormente: relacionar arquivo e memória.

A autora inicia seu raciocínio lembrando que Foucault afirma que a História atravancou e ocupou o lugar da Memória. Por outro lado, a História escrita proveu de uma maneira própria a forma de se pensar aquilo que existe num lugar chamado memória. Para interrogar esse lugar é necessário que vejamos a História não como objeto e sim como um processo de ideação, de imaginação e lembrança. Foi dessa forma que as práticas sobre a Memória determinaram o aparecimento da História moderna, isto é, perceber como essa História modelou a Memória.

Nesse processo o arquivo cumpre um papel fundamental. A autora explica que desde o século XIX é comum fazer uma analogia entre arquivo e memória. O que é feito por Derrida, porém, o problema reside no fato de que o arquivo não é igual à memória humana, a qual se constitui como um todo; e nem tampouco funciona como o inconsciente, lugar insondável, sem tempo, em que nada escapa.

O arquivo é feito da documentação do passado, selecionada e conscientemente escolhida, mas também formada de fragmentos, muitas vezes escapa à intencionalidade. Assim, como ele é indexado, catalogado, organizado, também pode não sê-lo, ou simplesmente perder esses fragmentos. Porém ele se mantém aí, como acúmulo de documentos, aguardando ser lido, usado, narrativizado.

Dessa forma, Steedman (2001) aponta que o arquivo poderia ser definido como lugares nos quais o passado (o qual não existe mais, mas que alguma vez existiu e portanto não pode ser recuperado, embora possa ser representado) depositou alguns traços ou fragmentos, usualmente em forma de escrita. Em outras palavras, um lugar prosaico onde os traços escritos e fragmentados do passado são colocados em caixas e folders para serem empacotados, guardados, catalogados.

Mas, uma definição tão prosaica seria estéril demais. Assim, a autora continua, o que sabemos do passado nunca é o que realmente foi. Quando adultos, voltamos à infância e encontramos um bálsamo e lugar seguro nela. O passado da infância é uma recorrência constante para a construção da identidade. Essa atitude é também própria das sociedades modernas, e que na década de oitenta passou a se chamar de “política de identidade”. Assim a construção da identidade moderna pode ser explicada como um movimento que procura achar uma coincidência com o objeto desejado (que pode ser uma pessoa ou grupo, localizados em qualquer lugar do presente ou passado); e ao mesmo tempo, é nessa aproximação que se dá o processo de individuação como personalidade única.

Na aproximação ao passado, na procura de identificação, o arquivo seria para Steedman (2001) uma espécie de lugar que tem a ver com o desejo e a apropriação. Ele se relaciona com coisas desejadas, que são colocadas, juntadas, coletadas, coladas, in-

dexadas; é um lugar onde o mundo inteiro, a ordem social pode ser imaginada pela recorrência de um nome, de um lugar ou de um registro. O arquivo, portanto, é algo que pela ação cultural da História se tornou um lugar potencial da Memória. Um dos poucos alvíos da imaginação moderna, onde um lugar cuidadosamente construído possa vir a se tornar um lugar sem limites para assim liberarmos do arresto domiciliar que Derrida sugeriu como condição do arquivo.

A apresentação dos artigos de Steedman (2001) aponta para uma discussão a respeito do arquivo a partir da perspectiva de sua institucionalidade. Assim, podemos entender o porquê esclarecer a reflexão de Derrida no que diz respeito à relação do arquivo com o poder, e, conseqüentemente com a apropriação das origens. Esses dois princípios têm relação com o aparecimento do próprio poder institucionalizado e materializado num lugar. Por outro lado, a relação do arquivo com a construção de um relato do passado, não desvinculado da imaginação, também pressupõe um lugar institucional, mesmo que incompleto. Sendo assim, a relação do arquivo não se restringe unicamente a esses aspectos como será visto a seguir.

A memória no arquivo

Embora muita importância seja dada ao arquivo no que diz respeito a sua teoria, suas práticas e suas representações, ele não se restringe unicamente a esses aspectos. Como foi apontado anteriormente ele é sempre uma exterioridade, uma prótese, uma quantificação do documento (portanto, com as características inerentes a ele), mas, sobretudo, o arquivo também é um lugar, um espaço.

Lugar e espaço são duas categorias conceituais diferentes, embora se cruzem e se determinem, como assinalado por Certeau (1995):

O lugar é uma ordem (seja qual for) segundo a qual se distribuem elementos nas relações de coexistência. Aí se acha portanto excluída a possibilidade, para duas coisas, de ocuparem o mesmo lugar. Aí impera a lei do 'próprio': os elementos considerados se acham uns ao lado dos outros, cada um situado num lugar 'próprio' e distinto que define. Um lugar é portanto uma configuração instantânea de posições. Implica uma indicação de estabilidade. (CERTEAU, 1995, p. 201, grifos do autor).

Assim, o arquivo ao qual referiu-se até agora, é um arquivo como lugar, um arquivo aonde impera a ordem, qualquer tipo de ordem, seja entendida como arranjo físico dos documentos, ou como a ordem como exercício do poder, de qualquer poder. Isto é, um arquivo institucionalizado, mediador entre os rastros do passado e o relato desse passado, indicador de uma existência não mais existente e “disponibilizador” de possibilidades de construção de um passado imaginado.

Nesse sentido, esse arquivo como lugar se aproxima da esfera pública, da esfera institucional, restringindo, esse arquivo como lugar da memória pressupõe o enquadramento da memória, o arresto domiciliar das possibilidades do passado, uma resposta precária aos relatos que demarcavam essa memória.

Porém Certeau (1995) continua diferenciando o lugar do espaço:

Existe espaço sempre que se tomam em conta vetores de direção, quantidades de velocidade e a variável tempo. É de certo modo animado pelo conjunto dos movimentos que aí se desdobram. Espaço é o efeito produzido pelas operações que o orientam, o circunstanciam, o temporalizam e o levam a funcionar em unidade polivalente de programas conflituais. O espaço estaria para o lugar como a palavra quando falada, isto é, quando é percebida na ambigüidade de uma efetuação, mudada em um tempo que depende de múltiplas convenções, colocada como o ato de um presente (ou de um tempo), e modificado pelas transformações devidas a aproximações sucessivas. Diversamente do lugar, não tem portanto nem a univocidade nem a estabilidade do ‘próprio’.

Em suma, o espaço é o lugar praticado. Assim, a rua geometricamente definida por um urbanismo é transformada em espaço pelos pedestres. Do mesmo modo, a leitura é o espaço produzido pela prática do lugar constituído por um sistema de signos – um escrito. (CERTEAU, 1995, p. 202, grifos do autor).

Considera-se pertinente introduzir essa definição de espaço, porque ela abre uma outra possibilidade de interpretação do arquivo, pois ela desloca a atenção da produção de uma ou algumas memórias, para uma maior atenção da apropriação da memória. Na *invenção do cotidiano*, Certeau (1995) se propõe a estudar a suposta passividade do usuário perante regimes disciplinares. Assim, diante de um sistema produtivo expansionista existe uma outra produção, produção de consumo, ele dirá, não é outra coisa que a apropriação (muitas vezes difusa) da produção.

Para isso, existe, portanto, uma ação, uma serie de práticas ou trajetórias, que ele divide em dois tipos: as estratégias e as táticas. As estratégias se definem:

Chamo de estratégia o cálculo (ou a manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exercito, uma cidade uma instituição científica) pode ser isolado. A estratégia postula um lugar suscetível de ser circunscrito como algo próprio e ser a base de onde se podem gerir as relações de com uma exterioridade de alvos ou ameaças (os clientes ou os concorrentes, os inimigos, o campo em torno da cidade, os objetivos e objetos da pesquisa, etc.). Como na administração de empresas, toda racionalização 'estratégica' procura em primeiro lugar distinguir de um 'ambiente' um 'próprio', isto é, o lugar do querer e do poder 'próprios'. Gesto cartesiano, quem sabe: circunscrever um próprio num mundo enfeitado pelos poderes invisíveis do outro. Gesto da modernidade científica, política ou militar. (CERTEAU, 1995, p. 99, grifos do autor).

Ou seja, mais uma vez, o atrelamento dos lugares às estratégias e ao exercício do poder. Já as táticas são as respostas que as estratégias institucionais determinam, é a arte da astúcia, como um enfrentamento bélico no qual terá de achar as brechas pelas quais as táticas possam ser exercidas. As táticas não possuem lugares, não são espaciais, pelo contrario, elas são temporais e se esgotam no momento. Em suma "é a arte do fraco" (CERTEAU, 1995, p. 101).

Certeau (1995) dirige seu estudo para o consumo das massas contemporâneas através de práticas cotidianas de resposta à ordem pela apropriação específica dos bens. Ele interpreta a sociedade pela produção e o consumo, e é no consumo (no sentido de uso), que devem ser encontrados os mecanismos e a dinâmica da apropriação. Ainda, o que ele chama de produção se dá unicamente pela apropriação, por aquilo que ele denomina de "próprio", e que se materializa na exteriorização e controle do lugar – sua instituição. Portanto, as apropriações são um não-lugar, uma manifestação unicamente temporal, como a memória.

Sendo assim poder-se-ia entender a memória como uma apropriação de uma identidade pelas lembranças e silêncios do passado, pelas significações particulares que são criadas nas brechas deixadas pelo exercício de um poder institucional o qual se manifesta em todos os níveis da existência.

Inserindo a memória nas praticas cotidianas, poderemos ver com outro olhar a relação do arquivo com a memória. Nesse sentido também as relações, aproximações e tensões, que perpassam o institucional e o cotidiano, podem adquirir uma outra dimen-

são de entendimento do poder e da memória. A maneira de exemplificar esses cruzamentos pode ser esclarecida; para tal, brevemente, citam-se quatro modalidades nas quais se cruzam esses feixes de entendimento:

- O arquivo como lugar da memória. Se por um lado o arquivo se define desde suas origens como um lugar onde nasce e se exerce o poder graças à guarda e apropriação de um passado incompleto (na espera de ser narrado), e materializado em documentos, o arquivo também pode ser um lugar da memória. De uma memória construída, enquadrada, manipulada (para bem ou mal), e cujo lugar hoje é ocupado pela História. Essa memória que precisa de um lugar, está virtualmente contida, entre outras instituições, nos arquivos. Mas, resta ainda talvez, o aspecto em que mais claramente se manifesta essa relação. O que se refere ao papel simbólico dos arquivos na construção das identidades, sejam individuais ou coletivas.

Os arquivos podem ser símbolos e lugares da memória. Como conceito, ele simboliza o passado, mas um passado como começo, como procura de uma origem manifesta na pergunta *de onde eu venho? Portanto, quem eu sou?* Como lugar, ele simboliza, nas cidades, o poder do Estado moderno, das instituições civis e oficiais, como também dos movimentos sociais. Mas que, no cotidiano, são apropriados de forma difusa, espontânea, temporal com diversos fins (entre eles a memória) pelos indivíduos e os grupos.

- Os arquivos pessoais. Artières (1998) chama atenção para mostrar que existe uma injunção social que impele as pessoas a guardarem todo tipo de documentos, desde as exigências institucionais, os documentos probatórios de nossa existência oficial, como todo tipo de documento que será exigido em algum momento, em alguma circunstância, para alguma atividade.

Mas, os arquivos pessoais não são unicamente acumulados por uma obrigação social, eles também possuem documentos que guardamos com fins de atividades específicas ou profissionais, um rascunho, um bilhete com algum endereço ou uma frase importante de um livro, ou um resumo, etc.; ou, documentos guardados como recordação, uma fotografia, um tíquete de uma viagem.

Os arquivos pessoais são lugares, os próprios lares ou escritórios dos indivíduos, eles obedecem a estratégias, mas em muitos casos eles se submetem a táticas de resposta, inseridas nas nossas trajetórias, nossas ações cotidianas. Os arquivos pessoais se configuram no cruzamento da memória e do controle, das estratégias e trajetórias íntimas e públicas pela intromissão do poder e da obrigação da prova.

- O arquivo de si. Janine Ribeiro (1998) escreve um artigo chamado *Memórias de si ou...*, no qual delinea duas pulsões para guardar documentos. Uma feita propositalmente por personalidades que sabem que, ou pelo menos assim acreditam, suas vidas

serão de importância para o entendimento de um passado ainda por vir. A outra pulsão é do homem comum, que coleciona a si mesmo: “coleções aparentemente menos egoístas, marcadas mais pelo gesto mesmo e puro do entesouramento que pelo papel que este possa exercer na perpetuação de uma identidade gloriosa” (1998).

O que se entende, no caso, por o arquivo *de si*, se estende além do colecionismo o qual pretende uma reunião de objetos com algum elemento comum e identificador aos objetos, para uma acumulação de objetos impregnados de lembranças, vestígios de um passado irre recuperável, nostálgicos indicadores de um passado que alguma vez existiu e que hoje esses objetos ocupam seu lugar. Tem-se então uma coleção no sentido de recuperar uma trajetória, que, de maneira inconsciente, o sujeito vai traçando sobre sua existência.

Caso seja a memória definida pelo tempo, pela fugacidade da imagem sensorial que fazemos de um passado manipulado pelos sentimentos, ela encontra sua exterioridade espacial no objeto (documento) e seu lugar na coleção. Mas a aparente desordem dos objetos que rodeiam a vida das pessoas e aos quais impregnamos de sentimentos enunciam uma vida. Como toda enunciação, esses objetos são a atualização de um relato que pressupõe também o silenciamento de outros possíveis enunciados, que ficariam existentes na memória à espera de uma articulação que os resgate da virtualidade.

O arquivo de si é sempre uma trajetória, uma ação, uma produção de sentidos, de respostas. O que não exclui o fato de posteriormente se tornar institucionalizado, manipulável, lugares da memória. No momento de sua formação, no dia-a-dia cotidiano, esses arquivos de si, essas coleções de memórias são espaços no sentido ao qual se referiu anteriormente. São inconfundivelmente fugacidades temporais manifestas nas brechas que a ordem do poder impõe sobre nossos corpos e nossos sonhos.

Para finalizar, seria pertinente colocar um último exemplo que não é exatamente de arquivo propriamente dito, na sua relação com a memória, mas, é um exemplo das relações contemporâneas que o público estabelece com arquivo através da teatralização da memória. Trata-se de fazer uma referência à exposição *Brasil 500 anos*, realizada entre os dias 22 de abril e 7 de setembro do ano 2000 como comemoração dos quinhentos anos da descoberta do Brasil. Com toda certeza, o acontecimento mais importante dentro do marco das celebrações.

A exposição foi realizada e inaugurada em São Paulo, no pavilhão da Bienal, no parque de Ibirapuera. Posteriormente algumas das partes da exposição percorreram diferentes cidades nacionais e internacionais, tendo que serem adaptadas aos espaços nos quais foram montadas. A curadoria foi dividida por etapas cronológicas, fundamentadas numa tipologia estilística, que percorriam desde a geografia e cultura material, do Brasil pré-histórico até as manifestações artísticas contemporâneas. Paralelamente, houve

partes dedicadas a diversos aspectos temáticos, como a cultura indígena, negra, a visão estrangeira do Brasil e a chamada arte do inconsciente.

Dentro da exposição, criou-se uma ambientação, espacialmente delimitada, localizada no centro do pavilhão principal da Bienal, ocupada por um único documento: a Carta de Pero Vaz de Caminha. No meio da sala, numa urna de vidro sobre um pedestal ao alcance do olhar do público, iluminada por refletores, a carta original foi exposta aos olhos, reverentes e silenciosos dos brasileiros, sendo que cada dia era exposta uma página diferente.

A exposição tinha a intenção explícita de comemorar a descoberta do Brasil, ele foi um ato celebrativo. Tanto que a exposição teve como marco de duração outras duas efemérides (lugares da memória). Nesse sentido, além de comemorar, a exposição tinha uma outra finalidade: lembrar, ou seja, ativar um dispositivo de recordação.

Para isso contribuiu a curadoria (uma das mais criteriosas, exaustivas e representativas) e a montagem dos objetos em cada um dos espaços dos pavilhões do parque. Por trás da exposição, manifestava-se na exposição um único enunciado: a criação da cultura brasileira. Uma visão oficial do passado, construída desde um lugar, com a finalidade de dar identidade a uma nação.

A escolha dos objetos e sua disposição assinalavam, nesse sentido, mostrando o que melhor se produziu na cultura e na arte brasileira, não poupando esforços para trazer obras dispersas em coleções estrangeiras. A grandiosidade da mostra ocultava também outras manifestações consideradas menos importantes, não consagradas pela cultura e crítica oficiais. Como também demarcava percursos e trajetórias, uma “leitura” dirigida de um relato manipulado.

Esse relato à mostra teve como ponto central, como elemento articulador, portanto em destaque, um documento arquivístico, a Carta de Pero Vaz. O documento exposto, teatralizado num cenário de respeito e recolhimento, indicava a origem da nação brasileira. A encenação do arquivo, a Carta como símbolo do Arquivo. Um arquivo institucionalizado, guardião de um documento que valida o nascimento do país. A imprensa chamava de “certidão de nascimento” do Brasil, a prova oficial de sua existência.

Nessa encenação do arquivo, que apelava ao sentimento de pertença a uma nação é um claro exemplo de como a História oficial (no caso, feita numa narrativa de objetos) se colocava a disposição para transformar-se num dispositivo de identidade, lembrando o que melhor produziu a cultura brasileira. O arquivo símbolo (a ser apropriado/consumido) da nação, do poder e da origem.

Foram citados esses exemplos com a intenção de poder visualizar melhor os cruzamentos, as tensões e assimilações sobre as quais se constrói a memória no arquivo

e o arquivamento da memória. As relações entre arquivo e memória ultrapassam a instituição, assim como perpassam categorias como poder e símbolo. Quando associado à memória, o arquivo adquire um movimento expansivo que dilui qualquer tipo de classificação ou tipologia. As desapropriações ocasionadas pela memória nas estratégias e nas táticas, nos lugares e nos espaços, respectivamente, configuram e desconfiguram a definição tradicional do arquivo.

Referências

- ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 21, p. 9-34, 1998. Disponível em: < <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/234.pdf>> . Acesso em: 6 abr. 2007.
- BORGES, Jorge Luis. Funes, o memorioso. In: _____. **Ficções**. São Paulo: Globo, 1997.
- _____. **La memória de Shakespeare**. Madrid: Alianza Editorial, 1995.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 1995. v. 1: Artes de fazer.
- DERRIDA, Jacques. **Mal de arquivo: uma impressão freudiana**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.
- HARRIS, Verne. Something is happening here and you don't know it is: Jacques Derrida unplugged. **Journal of the Society of Archivists**, v. 26, n. 1, p. 131-142, Apr. 2005.
- HOBSBAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo**, São Paulo, n. 17, p. 63-180, nov. 1998.
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra. Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, n. 21, p. 89-103, 1998. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/238.pdf>> . Acesso em: 6 abr. 2007.
- MONTESPERELLI, Paolo. **Sociologia de la memória**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 2004.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo**, São Paulo, v. 10, p. 7-28, dez. 1993.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989. Disponível em: < <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/43.pdf> > . Acesso em: 6 abr. 2007.

_____. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

RIBEIRO, Renato Janine. Memórias de si, ou... **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 21, p. 35-43, 1998. Disponível em: < <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/235.pdf> > . Acesso em: 6 abr. 2007.

SEIXAS, Jacy Alves de. Percursos de memórias em terras de história: problemáticas atuais. In.: BRESCIANI, S.; NAXARA, M. (Org.). **Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001. p. 37-58.

STEEDMAN, Carolyn. In the archon's house. In: _____. **Dust: the archive and cultural history**. New Jersey: Rutgers University Press, 2001. p. 1-16.

_____. The space of memory: in an archive. In: STEEDMAN, C. **Dust. The archive and cultural history**. New Jersey: Rutgers University Press, 2001. p. 66-88.